Parte IV - Comunicação, Educação e Cultura

Comunicação para o desenvolvimento regional

Monica Franchi Carniello
Moacir José dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, M. J., and CARNIELLO, M. F. Comunicação para o desenvolvimento regional. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Desafios)*: vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 375-396. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1.
<https://doi.org/10.7476/9786586221688.0016>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Comunicação para o desenvolvimento regional¹

Monica Franchi Carniello²

Moacir José dos Santos³

Introdução

OS ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DEMANDAM, NECESSARIAMENTE, uma perspectiva interdisciplinar. A contribuição das distintas áreas do conhecimento foi se delineando paulatinamente, consolidando conceitualmente os paradigmas que pautam os estudos de desenvolvimento regional contemporâneos, superando a inicial disciplinaridade da Economia, área de gênese das discussões sobre o desenvolvimento em âmbito acadêmico, somada às contribuições seminais da Geografia na abordagem da regionalização. Sem minimizar a representatividade dessas áreas, reconhecendo até mesmo a impossibilidade de se pensar desenvolvimento regional sem a perspectiva econômica e espacial, os ângulos de reflexão foram se ampliando com o extrapolar dos limites dos campos do conhecimento. Para exemplificar, Dallabrida (2011) aponta como a questão cultural foi incorporada gradativamente nas discussões sobre desenvolvimento, atentando, no entanto, para a superação de uma perspectiva determinista ao apresentar escolas de pensamento distintas que validam a variável cultura como interveniente nos processos de desenvolvimento.

1 Uma versão anterior foi publicada na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.9, n. 2 (2013). Esta versão foi revisada e modificada pelos autores.

2 Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil; profesora da FATEC Pindamonhangaba. E-mail: monicafcarniello@gmail.com.

3 Doutor em História (UNESP), professor-pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, Centro, Taubaté, SP, Brasil; professor do Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba, SP, Brasil. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com.

Observa-se uma significativa ampliação do debate sobre o desenvolvimento sob o caleidoscópio proporcionado com a interdisciplinaridade. Tal deslocamento propiciou a percepção do desenvolvimento como um processo complexo, sujeito a variáveis históricas relacionadas à cultura, a economia, ao território e às relações sociais. A compreensão do desenvolvimento como correspondente a organização da sociedade implica a necessidade de conceituá-lo como complexo, múltiplo e dinâmico. A sua investigação corresponde à compreensão das implicações conceituais e metodológicas do desenvolvimento enquanto processo histórico, pois se trata de mensurar e significar os vínculos entre economia, história, cultura, território e sociedade. Deste modo, torna-se plausível a investigação dos aspectos interdisciplinares que caracterizam a complexidade do desenvolvimento enquanto processo histórico sem negligenciar as contribuições particulares a cada área do conhecimento a ele vinculada. Enfatiza-se que a abordagem do desenvolvimento regional pauta-se na abordagem da complexidade (MORIN, 2005), por superar a abordagem simplificadora de que uma somatória de estudos de cada área do conhecimento permitiria compreender o todo, e sim ao compreender que o todo imprime dinâmicas relacionais que resultam em uma abordagem sistêmica do território.

O cenário acadêmico contemporâneo, no que tange ao desenvolvimento, constitui um mosaico que exige dos pesquisadores relacionados à sua investigação uma compreensão aguda da sua complexidade, limites e clivagens. Assim, o desenvolvimento é conceituado como desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico sustentável, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento econômico regional sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento local sustentável, desenvolvimento territorial e outras denominações produzidas com a especialização do debate sobre o tema com a ampliação da interdisciplinaridade e, até mesmo, embora não constitua o espoco do presente trabalho, da transdisciplinaridade.

Não se propõe a discussão da pertinência das designações destacadas – neste texto será adotada doravante o termo desenvolvimento regional –, e sim observar que o campo epistemológico relacionado ao desenvolvimento está em construção, o que exige dos pesquisadores relacionados à temática o esforço em contribuir com sua conceituação que considera a formação disciplinar para chegar em uma visão sistêmica. Essa constatação justifica a realização da reflexão quanto a relação entre a área de Comunicação Social, um foco mais específico ainda do escopo

sociocultural de uma sociedade, e os estudos acerca do Desenvolvimento Regional. Aparentemente, e sob a perspectiva do senso comum, as interfaces podem parecer frágeis, no entanto há uma estreita relação entre as áreas. Cabe ressaltar que uma das marcas que caracteriza a revolução tecnológica do século XX é o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que impactaram sobre os processos sociais, as formas de sociabilidade, a organização dos sistemas produtivos, as formas de se ler e registrar informação, e consequentemente, de comunicar e, sob a concepção conceitual e a prática da organização da sociedade, do que se entende por desenvolvimento.

Tal observação foi apontada em obra original de 1964 por Wilbur Schramm, que publicou um livro, com apoio da Unesco, intitulado Comunicação de Massa e Desenvolvimento. As relações entre comunicação e desenvolvimento regional foram prenunciadas por Leber (apud SCHRAMM, 1970), no entanto, Schramm pode ser considerado um marco acadêmico por explorar de maneira categórica o assunto. A perspectiva de Schramm sobre a comunicação para o desenvolvimento é difusionista, situada em um ambiente midiático caracterizado pela comunicação de massa. Conforme Servaes (2016), o modelo difusionista é verticalizado e não gera envolvimento ativo nos processos de desenvolvimento. Difusão de inovações e divulgação de projetos de desenvolvimento é o papel atribuído à comunicação nesta abordagem.

O cenário midiático contemporâneo estruturado em rede (CASTELLS, 1999) permite outras abordagens sobre a comunicação para o desenvolvimento, e fenômenos contemporâneos como as *fake news* e, consequentemente a pós-verdade – escolha e aceitação de narrativas que trazem segurança emocional (D'ANCONA, 2018) – demonstram que a presença intensa de meios de comunicação na sociedade não resulta, mecanicamente, em incrementos nos processos rumo ao desenvolvimento de uma sociedade.

Com base no pensamento seminal de Schramm (1970), são desenvolvidos os argumentos, de maneira a refletir sobre as relações entre Comunicação e Desenvolvimento, incluindo as abordagens de pesquisadores que voltaram o olhar para esta questão, apresentando outras abordagens para o que foi denominado de C4D (Communication for Development) e ICT4D (Information and Communication Technologies for Development). Esse aporte relaciona-se a necessidade de se contribuir conceitualmente para a caracterização epistemológica do desenvolvimento, ao distinguir entre contribuições disciplinares,

interdisciplinaridade e a complexidade da sua historicidade. Apesar dos evidentes avanços na construção do conhecimento deste campo de investigação, depois da reflexão inicial de Schramm (1970), Heeks (2006) alerta para a necessidade de superação de abordagens descritivas para uma necessidade de teorização sobre ICT4D, ao identificar que “estamos mudando o mundo sem interpretá-lo ou compreendê-lo. A maioria das pesquisas de ICT4D produzidas são prioritariamente descritivas e não analíticas” [tradução dos autpres] (HEEKS, 2006, p.1).

Dines (1970), ao prefaciando o livro de Schramm (1970, p.19), exalta “o manancial inesgotável que a comunicação oferece para o desenvolvimento de um país a partir do momento em que ela for posta a serviço da motivação de uma comunidade para o progresso”. Destaca-se uma potencialidade, marcada pela visão da época, entre comunicação e desenvolvimento. Cabe, com base nessa afirmação, situar como o conceito de desenvolvimento ganhou novos contornos, superando a ideia de progresso e crescimento, bem como autores que se debruçaram sobre a relação comunicação e desenvolvimento estabeleceram as conexões e aproximaram os conceitos, em uma sociedade marcada pela complexidade.

Urbanização, industrialização e a reorganização da vida econômica, entre outros aspectos, evidenciam como a modernidade é dinâmica, complexa e densa. O modelo urbano como local de acolhimento à industrialização; o adensamento da rede de transportes em escala global; o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a estruturação de uma rede mundial de computadores, ao mesmo que potencializaram a ação humana, tornaram a sociedade mais complexa (SANTOS; CARNIELLO, 2011, p. 287).

O pensamento de Schramm (1970) se contextualiza em um ambiente marcado pela comunicação de massa. Nas últimas décadas do século XX, o cenário midiático global foi radicalmente alterado com a emergência e difusão da tecnologia digital, que possibilitou uma transição da comunicação de massa para a comunicação estruturada em rede. Tal contexto demanda uma atualização do pensamento sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento situado em um cenário midiático completamente reconfigurado. O objetivo deste texto é apresentar possibilidades de abordagens do campo da comunicação para o desenvolvimento no contexto contemporâneo.

Para tal, adotou-se uma abordagem qualitativa e natureza exploratória, fundamentada em produções bibliográficas, e uma estrutura de subseções baseada a partir da divisão capitular do livro de Schramm,

adaptando-a para delinear as seguintes seções: do significado humano do subdesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável; o papel da informação no desenvolvimento.

Do significado humano do subdesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável

Para estabelecer a relação entre comunicação e desenvolvimento no contexto contemporâneo, faz-se necessária a compreensão do constructo conceitual de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento é historicamente recente e adquire visibilidade no campo acadêmico após a Segunda Guerra Mundial. O debate sobre o desenvolvimento insere-se na conjuntura do pós guerra como tema fundamental para a compreensão da ordem política internacional do período e sua associação à divisão internacional do trabalho, especificamente no campo capitalista. A instituição da CEPAL pela ONU em 1948 possibilitou ampliar a investigação e a reflexão acerca das condições delineadoras do desenvolvimento econômico e social na América Latina.

Pensar historicamente o subdesenvolvimento e suas relações como derivadas da trajetória econômica e política da América Latina instigava a elaboração da crítica à ilusão da possibilidade de mimetizar com sucesso o modelo dos países hegemônicos na relação centro periferia

A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos nos países latinoamericanos. A teoria estruturalista constitui um corpo analítico dedicado à análise do subdesenvolvimento da região em três níveis: (i) condicionantes estruturais do crescimento, do emprego e da distribuição da renda (as “restrições ao crescimento” e a dificuldade da “convergência” aos padrões de renda e riqueza dos países avançados); (ii) modo de inserção internacional (enfoque centro-periferia); e (iii) ação estatal para promover a industrialização e o desenvolvimento mediante programas e políticas adequadas ao enfrentamento das dificuldades impostas pelo quadro estrutural socioeconômico herdado da formação histórica latino-americana (BIESLCHOWSKY, p. 5 - 6, 2020).

O debate promovido pela CEPAL e que no Brasil tem em Celso Furtado (2009) o seu expoente nas décadas, evidencia que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento econômico e sim uma condição histórica delineada no âmbito das relações internacionais de produção e organização política. E sua superação, como sintetiza Bieslchowsky,

implica na elaboração e aplicação de políticas aptas a promover a superação dos bloqueios derivados da formação histórica da América Latina.

A repercussão do debate sobre o subdesenvolvimento alcançou diversas áreas do conhecimento e se tornou um parâmetro para o debate sobre a trajetória latinoamericana em diversas áreas do conhecimento. O pioneiro na área da Comunicação Social, por buscar associá-la ao desenvolvimento, foi Schramm (1970, p.33). “[...] ‘subdesenvolvido’ não é um termo pejorativo. Significa apenas que o crescimento econômico (e as mudanças sociais que devem acompanhar o crescimento econômico) ainda não ultrapassou determinado ponto” (SCHRAMM, 1970, p.33).

A observação de Schramm ressalta a tensão resultante da ambiguidade do termo desenvolvimento. Sob o prisma das políticas públicas, especialmente quanto à promoção da qualidade de vida, ao acesso à educação, a saúde, a moradia e ao bem estar de maneira geral, o termo desenvolvimento é plenamente justificado. Entretanto, limitar o debate sobre o desenvolvimento a tais premissas é insuficiente em razão de que os próprios critérios que definem qualidade de vida são historicamente definidos. Tal dificuldade implica a constante alteração dos parâmetros relacionados à mensuração da qualidade de vida e não obstante faz-se necessário reconhecer que a esses termos tem comprometimento ideológico em razão do contexto histórico em que são elaborados. Outro aspecto ignorado por Schramm (1970) é o papel das economias latino-americanas na relação centro periferia (FURTADO, 2009) e as consequências estruturais que definem o subdesenvolvimento como resultado da divisão internacional do trabalho (MARX, 2013).

O primeiro momento de debate explícito acerca do desenvolvimento, entendido como a extensão das conquistas materiais ao conjunto da população, ocorreu no pós Segunda Guerra Mundial. A realização de políticas públicas relacionadas à efetivação do desenvolvimento corresponde a dois fatores distintos naquele contexto histórico. O primeiro derivou do sucesso da política econômica anti- crise, adotada após 1929, em âmbito internacional e baseada em ideias heterodoxas cuja principal expressão intelectual foi o economista britânico John Maynard Keynes (SILVA, 1995). No cenário econômico recessivo do início da década de 1930, as tradicionais soluções de corte liberal não alcançaram eficiência. A intervenção do Estado como agente regulador e planejador da atividade econômica, impensável antes de 1929, constituiu a estratégia mais eficaz para a superação da crise econômica. O sucesso da abordagem heterodoxa afirmou uma nova perspectiva quanto à efetivação da política

econômica, entendida a partir daquele momento, como voltada a garantir simultaneamente o crescimento econômico e o combate aos desequilíbrios capitalistas que provocam as crises econômicas. A experiência de planejamento econômico durante a Segunda Guerra Mundial preparou toda uma geração de economistas, administradores e políticos para a aplicação eficiente dos mecanismos de regulação econômica necessária à preservação da economia capitalista.

A experiência adquirida quanto ao planejamento econômico correspondente ao combate aos efeitos da crise econômica de 1929 e as lides da Segunda Guerra Mundial alcançou relevo com a política norte-americana efetivada no pós-guerra em relação à Europa Ocidental (HOBBSAWM, 1995). Com a derrota da Alemanha, os territórios liberados por Estados Unidos e União Soviética tornaram-se áreas de influência das respectivas superpotências. Deste modo, o leste europeu constitui zona de exercício do poder e liderança soviética, enquanto o oeste europeu experimentou a liderança norte-americana. Essa divisão respeitava os acordos firmados na Conferência de Teerã, em 1943, que estabeleciam as áreas de influência das superpotências no futuro pós-guerra. Entretanto, o papel relevante do Exército Vermelho na guerra de desgaste que destruiu os exércitos nazistas no leste europeu, possibilitando a vitória de modo mais rápido na frente ocidental e também a liderança dos comunistas na resistência à ocupação nazista, como na França e na Grécia, tornaram os partidos comunistas populares na área de influência americana. O prestígio dos comunistas, no início da Guerra Fria, preocupava os norte-americanos. O cenário de crise econômica, resultante da destruição material e de vidas humanas, efetivado durante o conflito, provocava temor quanto à vitória em eleições ou mesmo revoluções lideradas pelos comunistas. A memória quanto à contribuição da crise internacional de 1929 para a ascensão de regimes autoritários e totalitários em escala mundial ainda era recente, particularmente quanto a Adolf Hitler. Urgia, sob a perspectiva norte-americana, agir para evitar a repetição do cenário, especialmente quanto à perda de regimes aliados na Europa Ocidental.

O Plano Marshall consistiu na resposta norte-americana as ameaças que esse cenário apresentava. Durante vários anos foram disponibilizados recursos para os países da Europa Ocidental que integraram o plano. Ao todo o governo norte-americano disponibilizou para os Estados participantes 13 bilhões de dólares, que em valor atualizado supera 130 bilhões de dólares (JUDT, 2008). O Plano Marshall favoreceu a recuperação econômica dos principais países europeus, favorecendo um longo ciclo

de crescimento econômico, que durou até o início da década de 1970, quando a crise do petróleo e as mudanças cambiais promovidas com o rompimento do acordo de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos provocou uma nova crise econômica em escala mundial.

A associação entre as medidas heterodoxas aplicadas a política econômica pós 1929 e também no espectro da Segunda Guerra Mundial com o Plano Marshall, provocou a constituição do debate sobre o desenvolvimento enquanto elevação da qualidade de vida da população. O Estado de bem estar social tornou-se um modelo mundial em razão do sucesso que vários países europeus lograram em simultaneamente promover o crescimento econômico e a distribuição da riqueza produzida entre a população, elevando o nível de vida mediante a melhora dos indicadores relacionados à educação, saúde, moradia, acesso ao trabalho digno e lazer. O modelo da Europa ocidental tornou-se parâmetro de desenvolvimento. Mundialmente estruturou-se um debate sobre como se alcançar o desenvolvimento. Políticos e pesquisadores de diversas áreas, bem como as respectivas populações passaram a entender o desenvolvimento como uma premissa social, política e econômica.

Porém, esse debate suscita duas questões. Primeiro como alcançar o desenvolvimento. A resposta a essa indagação, que no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, parecia repousar na efetivação da industrialização e do correspondente crescimento econômico se fez rapidamente quando o modo de industrialização da América Latina efetivou-se.

Furtado (1961) formulou a tese da tendência à continuidade do subemprego – e, consequentemente, do subdesenvolvimento – ao longo do processo de industrialização. As interpretações cepalinas prévias sobre tendências ao desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos e à inflação, somava-se agora a evidência da instalação de uma nova modalidade de pobreza e desequilíbrio social, crescentemente urbana, e simultânea à modernização promovida pela industrialização. (...) Esse é o momento em que se inaugura a tradição cepalina de vincular pobreza e distribuição de renda à evolução das disparidades na produtividade e na remuneração do trabalho entre pessoas, setores e regiões – a heterogeneidade estrutural, interpretada como resultantes das condições históricas herdadas e da evolução corrente do mercado de trabalho (BIESLCHOWSKY, p. 13, 2020).

A observação acima exposta torna evidente a necessidade de se evitar a confusão entre os conceitos desenvolvimento econômico, crescimento

econômico e desenvolvimento enquanto processo social global. No contexto histórico do pós Segunda Guerra Mundial essas distinções não eram evidentes, mas o avanço do Estado de bem estar social popularizava a expectativa sobre a possibilidade real de se distribuir melhor a riqueza, o que obliterava as condições estruturais da América Latina e a divisão internacional do trabalho.

A segunda questão remete exatamente ao que se define como desenvolvimento, afinal, as conquistas atribuídas ao Estado de bem estar social situam-se em relação a um modelo político e econômico inserido em uma ordem mundial capitalista cuja característica fundamental é desigualdade espacial na produção e distribuição da riqueza. O sucesso dos países da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão remete à centralidade destas economias em relação às demais e ao acesso desigual aos recursos tecnológicos, econômicos e bélicos que fundamentam a ordem política internacional. E subjacente ao que se define como desenvolvimento está o questionamento da possibilidade de se replicar o modelo do Estado de bem estar social por meio de um sistema econômico que se reproduz a partir da divisão desigual no acesso aos recursos econômicos.

Em relação a esse questionamento, Arrighi (1997) evidencia que o modelo de desenvolvimento predominante remete ao desempenho econômico alcançado por países que estão na vanguarda capitalista, tradicionalmente percebidos no escopo das ciências sociais como centrais na dinâmica econômica e política internacional, notadamente os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental que lideram a União Europeia e o Japão. O fosso econômico entre tais nações e os demais Estados nacionais implica, para Arrighi, em uma condição praticamente intransponível, uma vez que a inovação tecnológica que caracteriza perenemente a modernidade capitalista é controlada de maneira exclusiva por aqueles que concentram não apenas a riqueza material, mas a própria produção de conhecimento, tecnologia e inovação, que de fato possibilitam o predomínio das economias capitalistas avançadas.

Arrighi (1997) retoma a reflexão de Marx acerca do impulso tecnológico e econômico pautado na inovação constante que atinge a composição das relações de produção e o próprio ordenamento das forças produtivas. Schumpeter (1982) atribuiu exclusivamente à inovação tecnológica a capacidade de romper a tendência à estagnação econômica do sistema capitalista, pois negligenciou, no afã de compreender os mecanismos que estimulam o crescimento econômico, a constituição das relações de produção e das forças produtivas relacionadas ao sistema econômico. Marx

(2013), assertivamente, percebeu que o espectro ideológico tem papel preponderante na aplicação da inovação tecnológica, historicamente inserida e cujos efeitos correspondem a sua inserção na ordem social e política.

Deste modo, a produção do espaço capitalista é histórica e geograficamente localizada, com a respectiva concentração da riqueza no que tange as dimensões espacial, social e funcional. Harvey (2011) observa que a circulação do capital constitui o mecanismo principal de reprodução do capitalismo e sua ampliação corresponde aos desequilíbrios do sistema, especialmente as crises econômicas. Para Harvey (2011) a reprodução do capital decorre de uma ambiguidade intimamente relacionada ao caráter cíclico das crises econômicas no capitalismo. A expansão do capital depende de sua concentração espacial em determinada região ou país quanto à disponibilização dos recursos financeiros, materiais e tecnológicos necessários à elevação da riqueza, o que potencialmente dificulta sua circulação e o aumento do consumo. Deste modo, os períodos de bonança econômica correspondem ao crescimento da riqueza e a elevação do consumo em virtude da bem sucedida incorporação de mercados consumidores e trabalhadores submetidos à hierarquia espacial e funcional da atividade econômica, porém na medida em que cada ciclo atinge seus limites técnicos e econômicos advém a crise em função da redução da circulação do capital correspondente a obtenção do lucro almejado com o ciclo de produção e consumo.

As contribuições promovidas por Marx, Arrighi e Harvey acerca das nuances do desenvolvimento capitalista indicam a superficialidade da oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Percebe-se que a adoção desta oposição redunde em uma interpretação marcada por uma perspectiva linear, vinculada a um empirismo incapaz de perceber que esses termos vinculam-se a uma dinâmica histórica que supera a mera distribuição dos recursos materiais. A adoção de um posicionamento que compreenda o desenvolvimento como um processo global permite situá-lo nos limites das contradições estruturais e históricas do próprio capitalismo. Atingir o que se considera o desenvolvimento implica transcender a miragem que o estágio de organização social e política que as economias centrais alcançaram. Não se trata de negar as efetivas conquistas que beneficiaram as populações dos países considerados desenvolvidos, ameaçadas nas últimas décadas com adoção do neoliberalismo por diversos Estados, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas de se contextualizar historicamente e socialmente essa conquista.

Tal percepção é essencial para se construir formas de desenvolvimento não associadas à reprodução global das disparidades capitalistas, uma vez que o Estado de bem estar social pautava-se na concentração social, espacial e funcional da renda e da riqueza típica da divisão internacional do trabalho no pós-guerra.

O rompimento gradual com essa perspectiva, dado à extrapolação do pensamento acadêmico para a sociedade e a fatos como intensificação das estruturas comunicacionais e sociais em redes, diagnosticadas e analisadas por Castells (1999), tornou o termo subdesenvolvimento superado. O cenário contemporâneo caracteriza-se por uma maior fluidez das informações e dos processos de comunicação, tanto no que tange a comunicação interpessoal e no acesso ao lazer quanto no que concerne a difusão do conhecimento. É necessário reconhecer que em comparação ao período imediato do pós-guerra, quando se iniciaram os debates relativos ao desenvolvimento, ainda confundido com crescimento econômico, ocorreram avanços importantes, especialmente na problematização do desenvolvimento. Torna-se necessário mediar o avanço do debate acadêmico relativo ao desenvolvimento em sua acepção global para o conjunto da sociedade e também direcionar as estruturas comunicacionais e em rede como vetores da implantação de processos de desenvolvimento que rompam com o modelo gerador de assimetrias espaciais e sociais que caracteriza o capitalismo.

Apesar das limitações inerentes ao contexto histórico de elaboração de sua obra, Schramm (1970) percebeu que a variável que incide diretamente sobre o desenvolvimento é a industrialização. A reprodução espacial e histórica das assimetrias relativas ao capitalismo vincula-se ao processo de industrialização, cuja pujança, por sua vez, depende da liderança no que concerne aos processos de inovação necessários ao rompimento da tendência a estagnação econômica que o processo de acumulação capitalista possui. A distinção aplicável universalmente quanto à forma de efetivação daquilo que se entende por desenvolvimento, conforme Schramm (1970), não é racial, geográfica ou temporal, e sim está diretamente ligada ao processo de industrialização. Tal afirmação torna necessária a compreensão de como se delimitaram, na segunda metade do século XX, os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, necessários para permitir uma melhor leitura sobre os efeitos da industrialização em determinada região. Para Perroux (1981) o crescimento é o aumento de uma unidade, mensurada geralmente em escala país, e medido pelo produto nacional bruto em referência ao número de

habitantes. Tal equação não revela os efeitos do setor produtivo no país ou qualquer outra escala regional, pois um país pode ter um representativo aumento do Produto Interno Bruto sem que haja melhorias nos indicadores sociais, diretamente relacionados à melhoria da qualidade de vida. Sen (2000) corrobora tal perspectiva ao relacionar desenvolvimento com liberdade do indivíduo, e para que este esteja apto ao exercício da liberdade, deve ter as condições socioeconômicas equacionadas.

Para Amartya Sen (1999), desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 349).

Schramm (1970), no entanto, expressa a representatividade da questão social, que compõe os objetivos do desenvolvimento atualmente. “Se quisermos promover o desenvolvimento econômico, deverá haver uma transformação social, e, para que isso ocorra, devemos mobilizar os recursos humanos, e os problemas difíceis de ordem humana deverão ser resolvidos” (SCHRAMM, 1970, p.32). Ora, a sociedade se organiza mediante o uso do instrumental e da carga ideológica inerente aos processos de comunicação. Se houve mudanças representativas nos recursos e fluxos comunicacionais, isso vai incidir diretamente na maneira como a sociedade se organiza.

Exposto esse cenário conceitual, parte-se para a discussão sobre as relações entre Comunicação e Desenvolvimento.

O papel da informação no desenvolvimento

Schramm (1970) utiliza o termo informação para estabelecer seus argumentos. Apesar de o acesso à informação não garantir que o processo de comunicação seja eficaz, é fato que a disponibilização de informação para a sociedade é elemento fundamental em sociedades democráticas, estas consideradas por Sen (2000) como contexto necessário para o desenvolvimento. Sen compreende o acesso a informação e garantias de

transparência como uma das liberdades constitutivas para minimizar as barreiras que impedem o exercício das capacidades dos indivíduos.

Com a reformulação do conceito de desenvolvimento no final do século 20, uma vez que conceitos estão sujeitos à historicidade, a relação entre cultura e desenvolvimento se delineia de maneira mais explícita em distintas escolas de pensamento, das quais se destaca a abordagem sobre capital social [...]. A premissa dessa concepção baseia-se na existência de redes de relações formais e informais que, pautadas na cooperação e reciprocidade, são elementos de fomento ao desenvolvimento. Os estudos contemporâneos sobre desenvolvimento indicam as práticas participativas como elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento regional. (CARNIELLO; SANTOS, p. 171, 2011)

A perspectiva difusionista não é suficiente para situar a comunicação como elemento relacional na sociedade. Autores posteriores a Schramm desenharam abordagens participativas da comunicação para o desenvolvimento, que enfatizam a democratização e participação no diversos níveis (SERVAES, 2016).

Os fluxos de comunicação não se realizam de modo abstrato, pois estão vinculados aos processos sociais que os definem. A comunicação é uma variável fundamental para se investigar se o desenvolvimento em uma conjuntura regional ou nacional supera o espectro econômico e abrange aspectos relacionados às demais variáveis que caracterizam o desenvolvimento global. Para se investigar o desenvolvimento é necessário situá-lo de modo permanente na conjuntura da dinâmica capitalista para se entender as características de sua consecução em um determinado momento histórico e espacialidade. Essa atenção é fundamental se observar se as políticas públicas relacionadas à efetivação do desenvolvimento correlacionam-se a medidas contrárias a tendência de reprodução da desigualdade presente no capitalismo ou se de fato a combatem.

Tal abordagem se reflete na estrutura de mídia nacional, que com base na proposta de categorização de Hallin e Mancini (2004) classifica-se como modelo Mediterrâneo ou pluralista polarizado, caracterizado por: baixos níveis de circulação de jornais; protagonismo da mídia privada; politização da radiodifusão pública e da regulamentação da radiodifusão. O protagonismo das empresas comerciais no cenário nacional resultam em uma distribuição dos veículos de comunicação nas regiões que se constituem como bons mercados, o que gera condições de acesso que reproduzem as desigualdades econômicas, na cobertura jornalística desigual, gerando desertos de notícias. A pesquisa Atlas da Notícia

(INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO, 2019) demonstra revelar que 62% dos municípios não têm cobertura noticiosa e 18% da população carece de acesso a jornalismo local.

Segundo a pesquisa TIC domicílios (CGI, 2018), a internet está presente nos lares de 99% de pessoas da classe econômica A, enquanto apenas 40% dos lares das classes D e E estão conectados à Internet.

A questão estrutural aparece nos modelos de análise de Heeks (2010), que apresenta uma cadeia de valor da ICT4D, que passa pelas etapas de prontidão (readiness), disponibilidade (availability), captação (uptake) e impacto (impact). Considera-se, neste modelo, pré-requisitos tais como infraestrutura, habilidades, políticas públicas, os processos de implantação, bem como os impactos tanto na escala local quanto na ampliação dos processos de desenvolvimento. Nota-se, na perspectiva de Heeks (2010), uma nítida superação da perspectiva difusionista e um olhar que privilegia não apenas a presença ou ausência de processos mediados de comunicação, mas de uma visão processual de abordagem qualitativa, que busca compreender como ocorre determinado processo.

A abordagem sistêmica também se revela no framework de análise proposto por Kleine (2013), que aproxima o debate da comunicação a abordagem de desenvolvimento proposto por Sen (2010), ao buscar compreender em quais condições a presença de tecnologias de informação e comunicação podem contribuir para a ampliação das liberdades humanas. Tal perspectiva se afasta tanto do modelo difusionista quanto do participativo, aproximado a comunicação como um possível vetor para o alcance do bem-estar social, finalidade última do desenvolvimento.

A configuração midiática contemporânea acrescenta elementos ao processo de comunicação, não previstos por Schramm (1970) e que, portanto, constituem uma importante oportunidade para se refletir acerca do papel das novas formas de comunicação quanto ao entendimento do desenvolvimento e das contradições históricas, sociais e espaciais que permeiam sua efetivação. Com a difusão do sistema de comunicação digital em rede - Internet - um dos aspectos que adquire evidência é a acessibilidade à informação. A característica da rede é que seus usuários, potencialmente podem divulgar e acessar informações e participar de grupos formais e informais por meio da ferramenta comunicacional, caracterizando o que foi denominado por Castells (1999) de sociedade em rede, ou também chamada de sociedade da informação.

Alguns efeitos podem ser discutidos a partir dessa nova configuração midiática, que supera a sociedade de massa vivenciada e observada por

Schramm. Serão destacados os seguintes efeitos ou aspectos: a exposição da regionalidade; a funcionalidade do acesso à informação para tomada de decisão e promoção da transparência; a potencial aproximação da sociedade com o governo por meio do acesso à informação rumo a governança; e a formação de espaços de diálogos públicos da sociedade nas mídias como possível vetor de ampliação das capacidades de indivíduos e grupos. Tais aspectos não são únicos nem excluem outras possibilidades de relações entre comunicação e desenvolvimento, mas são opções devido sua representatividade nos processos de desenvolvimento. Ressalta-se que as potencialidades dos meios de comunicação para o desenvolvimento nem sempre se efetivam, pois esse processo não é indissociado das relações de poder nem dos projetos políticos vigentes. Menciona-se o uso perverso da mídia no fenômeno contemporâneo das fake news, que deixa explícito que a mera disponibilidade e o acesso a meios de comunicação necessariamente não resulta movimentos rumo ao desenvolvimento, que não é um processo linear.

Quanto a exposição da regionalidade, em um contexto de globalização também dos processos comunicacionais, ou de mundialização, conforme aponta Augée (1994), ao mesmo tempo em que processos econômicos e financeiros ganham dimensões globais, as regiões tornam-se mais visíveis para o mundo, exatamente pelo fato de as informações de cada localidade do planeta estarem acessíveis a todos. O mundo está inteiro mapeado, mensurado e explicitado (mas não necessariamente analisado). Além disso, uma localidade tem um potencial de projeção e divulgação de sua imagem ou características pelas mídias sociais digitais, se deparando com uma possibilidade inexistente em um contexto comunicacional anterior. A visibilidade potencial é um fator de grande relevância, viabilizado por meio dos meios de comunicação. Também se estabelece a relação entre mídia na própria configuração dos territórios, que demarcam ou omitem aspectos identitários. Melo, Sousa e Gobbi (2006) exploram a questão da mídia regional e suas relações com o desenvolvimento, com destaque a abordagem feita por Melo (2006) ao propor a formulação de um conceito midiático de região, que evidencia a relação entre comunicação e desenvolvimento.

A facilidade de distribuição e, consequentemente, acesso a informação, é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento, sob diversas perspectivas. A primeira delas diz respeito à oferta de dados para tomada de decisão por parte de gestores públicos, para a função fiscalizatória da sociedade, bem como para o diagnóstico das regiões. Gerar

dados, ainda que com todos os limites inerentes aos indicadores sociais (GUIMARÃES; JANUZZI, 2005), é fundamental para a compreensão e diagnóstico das lacunas de uma localidade, região ou país, constituindo elemento fundamental para a gestão pública, nos processos decisórios e na elaboração de políticas públicas. Essa disponibilização de informação cabe esclarecer, não necessariamente fomenta a participação da sociedade ou traz soluções imediatas, mas é um direito do cidadão e uma condição para o desenvolvimento, conforme afirma Sen (2000), ao relacionar o desenvolvimento aos ambientes políticos democráticos.

Observa-se o esforço de acadêmicos e setor público na busca de gerar informações, manifestadas por indicadores, que sejam capazes de aferir o desenvolvimento de regiões em suas várias dimensões. É o caso da iniciativa do governo de Sarkozy, França, ao formar e incumbir uma comissão para estabelecer discussão e diretrizes sobre o que deve ser aferido em uma região para avaliar seu desenvolvimento (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2010).

Um terceiro aspecto que diz respeito à geração e disponibilização de informações à sociedade

[...] vê-se que a tecnologia da informação pode constituir-se em instrumento de apoio à administração pública, ao permitir o oferecimento de novos serviços aos cidadãos, ao oferecer condições para ampliação da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, ao melhorar a qualidade dos serviços prestados e ao permitir acesso à informação e à constituição de novos padrões de relacionamento com cidadãos e novos espaços para promoção da cidadania. (CUNHA, FREY, DUARTE, 2009, p.197).

Mais do que a disponibilização de informação que instrumentalizam o cidadão para a função fiscalizatória, o que foi chamado por Schramm (1970) de função de vigilância da Comunicação, as mídias sociais digitais podem estreitar um possível diálogo entre sociedade e governo, o que converge com a função política também apontada pelo autor. Tal função política encontra dois obstáculos potenciais. O primeiro diz respeito à própria alienação da sociedade dos processos participativos. O não empoderamento dos espaços e canais de participação política dificulta a democratização do desenvolvimento e os meios de comunicação, especialmente os digitais constituem meios de empoderamento, mas somente o serão mediante a ação social.

O segundo diz respeito a possibilidade constante e historicamente efetivada, de uso não democrático dos meios de comunicação, com o

propósito de alienação política da população. Schramm (1970) não nega essa possibilidade, admitindo não apenas o potencial, mas os precedentes históricos que justificam essa percepção. Mais uma vez observa-se que os processos de comunicação e os meios de comunicação não estão descontextualizados do contexto político e histórico de sua inserção. Trata-se de perceber que há o potencial para contribuição com políticas relacionadas ao desenvolvimento em sua acepção mais global e não apenas econômica. Esse potencial é ampliado no cenário contemporâneo com a amplitude de acesso e debate que os meios de comunicação digital possibilitam. As barreiras relacionadas à efetivação deste potencial relacionam-se a própria desigualdade no acesso aos recursos de comunicação, especialmente os digitais. Cabe ao poder público, mas também a organizações civis e partidárias atuar no sentido de democratizar o acesso aos meios de comunicação, especialmente em um momento de facilitação do acesso a comunicação digital.

No ambiente midiático contemporâneo, apesar de os meios de comunicação de massa exercerem grande influência sobre a opinião pública e, no caso do Brasil, se organizarem em grandes conglomerados de mídia privados articulados com grupos políticos (ALBUQUERQUE, 2008) as mídias sociais digitais se apresentam como um espaço de discussão pública, na qual os contrapontos e contradições da sociedade tornam-se visíveis, pois permitem tanto que as empresas de mídia estendam ampliem sua comunicação, mas permitem também que grupos da sociedade, mais ou menos organizados e/ou institucionalizados, apresentem suas manifestações, configurando-se potencialmente como, no mínimo, grupos de pressão. Partindo da informação que “todo estágio da sociedade possui seu estágio próprio de comunicação” (SCHRAMM, 1970, p.74), cabe destacar que no estágio atual da comunicação midiática o cidadão, de maneira formalizada ou não, possui voz ampliada pela mídia, mesmo que em meio a uma guerra de discursos não isenta de manipulações, como o caso das *fake news* anteriormente mencionadas.

Foram sistematizadas algumas perspectivas atuais a partir das funções da comunicação apontadas por Schramm, que indicam a representatividade da geração de informações e dos fluxos de informação para disseminar essas informações para os processos de desenvolvimento. Para Schramm (1970), a quantidade de informação disponível e a amplitude de sua distribuição constituem fatores-chave do desenvolvimento. Entende-se que esta etapa avançou de forma significativa em relação ao cenário midiático analisado por Schramm (a despeito das desigualdade

de acesso que persistem conforme anteriormente mencionado). O que se descortina, em um contexto de conexão em rede, são os usos e apropriações possíveis que possam fomentar processos de desenvolvimento.

Quando Schramm refletiu sobre o fluxo de informações no mundo, a realidade se referia a um sistema midiático pautado na comunicação de massa. “Quando uma sociedade começa a se modernizar, um dos primeiros sinais do desenvolvimento é a dilatação dos canais de comunicação” (SCHRAMM, 1970, p.129).

No contexto da comunicação digital, os fluxos de informação se intensificam e passam a operar sob a perspectiva de rede. Em relação à dilatação dos canais de comunicação, apesar de haver ainda controvérsias sobre o sistema de regulação das telecomunicações no Brasil, principalmente no que tange às concessões e aos grandes conglomerados de mídia, é inegável que alguns avanços gradativos tem ocorrido. A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2012) representa um desses avanços. Ainda que seja difícil mensurar seus resultados, o marco legal é fundamental por ser o balizador para as reivindicações e pressões da sociedade pelo direito de se manter informada, condição fundamental para o seu desenvolvimento.

Do pensamento seminal de Schramm (1970), notam-se avanços significativos na compreensão das relações entre comunicação e desenvolvimento, manifesta, de forma mais direta ou indireta, nas obras de Heeks (2006,2010), Servaes (2016), Sen (2010), Kleine (2013), Melo, Sousa e Gobbi (2006).

Considerações finais

A reflexão sobre a relação entre Comunicação e Desenvolvimento, localizada em um contexto midiático fundamentado na comunicação digital, remete a uma discussão epistemológica, fundamental para delimitar os paradigmas dos estudos sobre desenvolvimento.

Seria ingênuo recortar o objeto demasiadamente, sem antes pontuar as explícitas relações, e também contradições, entre a formação do conceito de desenvolvimento em um sistema capitalista. Tal caminho, escolhido nesse texto, visa superar, ou reflexionar, sobre o conjunto de estudos produzidos, em sua maioria metodologicamente suportados por estudos de caso, com o objetivo de teorizar sobre a comunicação para o desenvolvimento. Tais investigações são fundamentais para a caracterização e formação de um acervo sobre estudos regionais que, em sua totalidade, permitem a análise e constituem-se base para obras que sistematizem os

casos estudados, originando obras de síntese, tal qual o livro de Schramm, na década de 1960, que serviu de base para a reflexão aqui proposta.

Elaborada essa necessária exposição da historicidade à qual está sujeita a concepção conceitual de desenvolvimento, pontuaram-se algumas possíveis interfaces entre Comunicação e Desenvolvimento, que ampliam as ou reconfiguram as funções da comunicação para o desenvolvimento observadas por Schramm no final da década de 1960.

No percurso dos estudos de comunicação para o desenvolvimento, observam-se três abordagens que se desenharam: a difusionista, a participativa e a do bem-estar social. Evidências históricas demonstraram também que a mera presença de um sistema de mídia em uma região não garante seu uso em prol do desenvolvimento regional, mas constituiu uma etapa estrutural que precisa ser associada a outros fatores, estes indissociados das estruturas e processos sociais vigentes.

Espera-se que a reflexão aqui apresentada estimule a continuidade da construção da delimitação do campo de pesquisas na área, posto que a visão multidimensional do desenvolvimento insere definitivamente a comunicação como um elemento constitutivo dos processos de desenvolvimento de uma sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. A mídia como “poder moderador”: uma perspectiva comparada. **Compós**. 2008. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_305.pdf Acesso em: 17 fev. 2020.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BIESLCHOWSKY, Ricardo. DO “MANIFESTO LATINO-AMERICANO” DE RAUL PREBISCH AOS DIAS DE HOJE: 70 ANOS DE ESTRUTURALISMO NA CEPAL. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, e202411, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482020000100200&lng=en&nrm=iso>. access on 8 May 2020. Epub Apr 27, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/198055272411>.

BRASIL. Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/11. 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em: 21 out. 2012.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos – SP. **Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 9 • n. 18 • jul./dez. • 2011 p. 169- 195.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CGI. Pesquisa TIC Domicílios 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/> Acesso em: 15 maio 2020.

CUNHA, Maria Alexandra. DUARTE, Fábio. FREY, Klaus. (Org.). **Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

DALLABRIDA, V.R. Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 7, n.2, 2011. Disponível em: < <http://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/432> > Acesso em: 28 maio 2013.

D'ANCONA, Mathew. **Pós-verdade**. Barueri: Faro editorial, 2018.

DINES, A. Prefácio. In: SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2009.

GUIMARÃES, J. R.S.; JANUZZI, P de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 7, N. 1, maio 2005 Disponível em: < http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_limites.pdf > Acesso em: 15 jun 2009.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEEKS, Richard. Do information and communication technologies (ICTs) contribute to development? *Journal of International Development*, 22(5), 625-640, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1716/abstract> Acesso em: 18 maio 2020.

HEEKS, Richard. Theorizing ICT4D Research. **The Massachusetts Institute of Technology Information Technologies and International Development**. Volume 3, Number 3, Spring 2006, 1-4.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO. **Atlas da notícia**. 2019. Disponível em: < <https://www.atlas.jor.br/> > Acesso em: 19 dez.2019.

JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KLEINE, Dorothea. **Technologies of Choice?** ICTs, development, and the capabilities approach. Cambridge/ London: MIT Press, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, José Marques de; SOUSA, Cidoval Moraes de; GOBBI, Maria Cristina. **Regionalização midiática**: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

MELO, José Marques de. Por um conceito midiático de região. In: MELO, José Marques de; SOUSA, Cidoval Moraes de; GOBBI, Maria Cristina. **Regionalização midiática**: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Sotese, 2006

MORIN, Edgar. **O Método** 1, 2, 3, 4, 5,6 (Coleção). Editora Sulina, 2005.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F.; E. A. A. Q. O. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. **REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 1 (1), P. 167-184, 2013.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. Por uma história do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil > Acesso em: 01 nov. 2011.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVAES, Jan. **Communication for Development and Social Change**. New Delhi: SAGE, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Macedo e. A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a “armadilha do equilíbrio”. **Economia e Sociedade**, Campinas, (5):111-58, dez.1995. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/434/05-ACARLOS5.pdf> Acesso em: 19 maio 2020.

STIGLITZ, J.E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. **Mis-measuring our lives**. New York, USA: The New Press, 2010.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679> > Acesso em 01 set. 2012.